

# A ANÁLISE DO SENTIDO EM TERMINOLOGIA: TEORIA E PRÁTICA DA DEFINIÇÃO TERMINOLÓGICA

*Isabel Desmet\**

RESUMO: No presente artigo, propomos uma breve reflexão sobre a análise do sentido em terminologia, com o objectivo de revermos as teorias e as práticas da definição terminológica. Numa primeira parte, apresentamos as evoluções da terminologia contemporânea, bem como diferentes abordagens e aplicações, e defendemos a ideia de uma abordagem da terminologia verdadeiramente linguística. É nesta perspectiva que, numa segunda parte, abordamos a problemática da definição terminológica, denunciando as simplificações da perspectiva normalizadora. A definição terminológica, tal como a definição lexicográfica, deve ser vista na sua variedade e polivalência, à luz dos dados da semântica lexical, da lexicografia e da linguística de *corpus*.

UNITERMOS: terminologia; lexicografia; semântica lexical; definição terminológica; normalização.

## **Introdução**

A terminologia moderna encontra-se inevitavelmente marcada pelas condições em que nasceu: à margem da linguística e nos organismos de normalização.

Historicamente, a terminologia wusteriana ou Teoria Geral da Terminologia (TGT) situou a terminologia nas fronteiras de várias ciências, entre as quais a lexicologia.

Estabeleceu, pois, várias dicotomias que se impregnaram nestes últimos anos de práticas terminológicas: terminologia *vs*

---

\* Universidade de Paris 8.

linguística; terminologia *vs* lexicologia; onomasiologia *vs* semasiologia; léxico *vs* sintaxe; sincronia *vs* diacronia; normalização *vs* descrição; ponto de vista internacional *vs* ponto de vista intralinguístico...Tantas distinções que contribuíram em muito para a marginalização da terminologia em relação à linguística. Estes binómios ainda hoje têm consequências teóricas e práticas.

Assim, se nos fundamentarmos no conteúdo veiculado pelos manuais dedicados à terminologia teórica e aplicada, podemos constatar que estes propõem ainda frequentemente uma iniciação ao modelo conceptual de Eugen Wüster, adaptado e revisto pelos seus continuadores.

Se analisarmos as normas internacionais, podemos verificar que estas se inspiram em muito na TGT, apesar de alguns avanços tímidos em direcção de certos aspectos linguísticos das terminologias científicas e técnicas.

Finalmente, se consultarmos os grandes bancos de terminologia internacionais ou as monografias terminológicas realizadas nas escolas superiores de tradução, que seguem as directrizes e os modelos dos grandes bancos de dados terminológicos, podemos constatar rapidamente a herança da TGT.

No entanto, a partir dos anos 1990 assistimos à eclosão, nos meios científicos, de um movimento de reacção ao modelo de Wüster e à tradição vienense. Nos dias de hoje, os aspectos envelhecidos desta tradição são postos em causa em algumas publicações recentes. Este movimento visa sobretudo resituar a terminologia no âmbito da linguística, denunciando as numerosas contradições existentes entre os dogmas fundadores e a realidade das línguas especializadas, entre as normas internacionais e as bases teóricas das ciências da linguagem. Esta recentragem parece ser bem necessária, na medida em que a disciplina, pelo menos nos meios universitários, é assegurada por linguistas que utilizam os recursos da linguística de *corpus* na continuidade da lexicologia e da semântica lexical e cuja metodologia é essencialmente semasiológica.

A lexicologia e a terminologia utilizam os mesmos modelos ou referências para estudar a forma das unidades lexicais. Contudo, é mais difícil atribuir-lhes uma abordagem do sentido que

lhes seja comum. Mesmo as publicações mais recentes que põem em causa a tradição vienense revelam grandes hesitações a nível da descrição do sentido do léxico especializado.

Em primeira instância, em todos os trabalhos terminológicos e terminográficos, a análise do sentido em terminologia começa pela definição dos termos. Por conseguinte, as teorias e práticas da definição terminológica são ainda frequentemente conformes a um modelo muito simplista, mentalista mesmo, da descrição do sentido. Elas são também pouco compatíveis com os modelos da linguística.

Nos nossos dias, a terminologia já não se limita à perspectiva da normalização, na qual ela encontra as suas origens. A terminologia conhece actualmente várias aplicações lexicográficas, didácticas e traducionais. As abordagens diversificaram-se com toda a legitimidade e encaminhamo-nos para uma abordagem mais linguística dos termos. Em terminologia, a necessidade de ir ao encontro de uma análise do sentido mais linguística torna-se uma necessidade, sobretudo quando se trata de aplicações didácticas e traducionais.

É assim que nos propomos, neste artigo, a rever a teoria da terminologia e a análise do sentido dos termos, numa primeira parte. Em seguida, centrar-nos-emos em particular na problemática da definição terminológica, defendendo uma abertura teórica e prática para a tomada em consideração de diferentes tipos de definições terminológicas e denunciando os limites da perspectiva normativa, pouco compatível com os dados da linguística e da experiência lexicográfica.

## **1ª parte: teoria da terminologia e análise do sentido**

### **1. A terminologia hoje: fundamentos postos em causa**

Se nos basearmos no conteúdo dos manuais de terminologia teórica e aplicada (Gouadec, 1990; Sager, 1990; Kocourek, 1991; Cabré, 1992; Dubuc, 1992; Felber, 1987) podemos observar que a formação supõe ainda uma iniciação ao modelo conceptual wusteriano. Porém, algumas críticas a este paradigma

afirmam-se progressivamente nos nossos dias (ver, por exemplo, Bourigault e Slodzian, 1999; Cabré, 1999, 2000a, 2000b ou Temmerman, 2000).

Apesar de certas especificidades dos termos, os problemas colocam-se menos quando se trata de estudar a forma dos vocábulos especializados. Para tal, os terminólogos servem-se dos dados da morfologia lexical. O mesmo já não acontece com a análise do sentido do léxico especializado, que constitui, no entanto, a base de todo o trabalho terminológico e / ou terminográfico. A maior hesitação diz respeito ao modelo de análise do sentido a adoptar: triângulo wusteriano conceito-termo-objecto ou signo linguístico saussuriano? Conceptologia aristotélica ou semântica lexical? Semântica da referência ou semântica da enunciação? (ver Desmet, 2001a, 2001b). É a este questionamento que nós assistimos hoje em publicações muito recentes<sup>1</sup>. São as críticas ao modelo wusteriano e as hesitações na análise do sentido dos termos que fazem com que certos autores, como T. Cabré (1999, 2000a e 2000b), falem de “crise” na terminologia, de reducionismo na concepção tradicional da terminologia e de uma normalização excessiva da disciplina em nome da universalidade dos seus princípios. Com efeito, tanto quanto sabemos, não existe nenhuma disciplina científica que seja alvo de uma normalização dos seus princípios teóricos. Desde logo, porque é que a terminologia deveria constituir uma excepção?

É no sentido de uma abertura do paradigma terminológico que certos autores como T. Cabré (2000a, 2000b) tentam lançar as bases de uma teoria que integre a dimensão linguística das terminologias e que se abra para a multiplicidade de aplicações da disciplina. A esta linha de pensamento T. Cabré chama Teoria Comunicativa da Terminologia (TCT), por oposição à Teoria Geral da Terminologia (TGT):

la teoría que proponemos pretende dar cuenta de los términos como unidades singulares y a la vez similares a otras

<sup>1</sup> Pensamos em publicações como, por exemplo, BÉJOINT, H.; THOIRON, Ph (dir.), *Le sens en terminologie*, Presses Universitaires de Lyon, 2000 ou DELAVIGNE, V.; BOUVERET, M., *Sémantique des termes spécialisés*, Publications de l'Université de Rouen, C.N.R.S., 1999.

unidades de comunicación, dentro de un esquema global de representación de la realidad, admitiendo la variación conceptual y denominativa, y teniendo en cuenta la dimensión textual y discursiva de los términos (Cabré, 2000a, p. 120).

Na nossa opinião, a terminologia só pode evoluir e adquirir um estatuto privilegiado nas ciências da linguagem se multiplicar as abordagens em função dos seus diferentes campos de aplicação, o que é evidentemente contrário a todo e qualquer princípio de normalização teórica (ver Desmet, 1996, 2000, 2001a, 2001b).

## **2. Terminologia e pluralidade: diferentes abordagens, diferentes aplicações**

Em todo e qualquer trabalho de investigação terminológica, o tipo de dados terminológicos depende de vários factores, entre os quais os mais determinantes são os seguintes:

- tipo de “démarche”;
- tipo de investigação;
- tipo de público-alvo.

No que respeita ao tipo de “démarche”, podemos distinguir o contexto global (investigação, formação, desenvolvimento, por um lado; tradução e comunicação multilingue, por outro), e os objectivos da pesquisa em terminologia (descrição ou prescrição do uso).

Quanto ao tipo de investigação, o facto de se encarar a terminologia numa perspectiva monolingue ou de a tratar de um ponto de vista comparativo, e isto com o maior respeito pelas diferenças entre as línguas, as culturas e os saberes científicos e técnicos, determina à partida o tipo de investigação efectuada e os resultados obtidos.

Em relação ao público-alvo, podemos distinguir o tipo de público (grande público, especialistas de um domínio e especia-

listas da língua) e o meio (mundo do trabalho, mundo do ensino especializado ou mundo da investigação).

De facto, os factores anteriormente referidos determinam os princípios teóricos, a metodologia ou a abordagem, a natureza e o tratamento dos dados, bem como os produtos obtidos e sua exploração.

Em suma, todas as perspectivas são válidas, dependendo da qualidade dos resultados e dos objectivos atingidos. Admitir a pluralidade em terminologia é já um passo, mas integrar a diversidade na sua teoria parece ser o caminho certo para fazer da terminologia um verdadeiro ramo das ciências da linguagem.

Como professora e investigadora em linguística, nossa perspectiva de trabalho é marcadamente linguística, descritiva, comparativa (português/francês), orientada para o ensino e para a investigação e destinada a formar especialistas da língua e das línguas.

No âmbito do ensino e da investigação, visamos sobretudo três grandes aplicações da terminologia teórica:

- ensino / aprendizagem de uma ou várias línguas de especialidade;
- a tradução geral e especializada (científica ou técnica);
- a “nova” lexicografia especializada (electrónica) bi- ou plurilingue, ao serviço do ensino / aprendizagem das línguas especializadas e da tradução geral e de especialidade.

Notemos que em França, com excepção das escolas superiores de tradução ou dos laboratórios de investigação, é no âmbito da formação “Langues Etrangères Appliquées” (Línguas Estrangeiras Aplicadas) que a terminologia teórica e aplicada encontra o seu espaço, a sua razão de existir no meio universitário.

Na Universidade de Paris 8 e no âmbito da formação LEA – Português (+ outra língua), da qual somos responsáveis, os estudantes devem realizar um trabalho de investigação terminológica / terminográfica, conduzindo à realização de uma “monografia terminológica”.

A investigação comporta as etapas seguintes:

- escolha de um sub-domínio ou zona temática no âmbito das ciências económicas, políticas, sociais, jurídicas, actividades comerciais...;
- constituição de um *corpus* documental para cada língua (português/francês) o mais homogêneo e “paralelo” possível;
- extracção de dados terminológicos (linguísticos e extralinguísticos) a partir dos *corpora*;
- constituição de fichas terminológicas e de índices.

O trabalho é assim constituído por:

- uma apresentação ou abordagem do domínio (em português);
- um conjunto de fichas terminológicas inteiramente bilingues (30 a 50);
- os *corpora* textuais nas duas línguas de trabalho (especializados ou de divulgação);
- os índices.

Este trabalho tem as aplicações seguintes:

- a aprendizagem de uma dada língua especializada (o português económico, político, social, comercial ou jurídico);
- acompanhamento da evolução do português contemporâneo (importante para os estudantes de português língua estrangeira);
- um trabalho sobre a neologia científica e técnica do português, em sincronia (após dez anos de investigação, podemos falar já de uma diacronia recente), nos domínios acima referidos;
- a aplicação à tradução geral e de especialidade (português/francês e francês/português);
- a elaboração de dicionários electrónicos especializados, inteiramente bilingues português / francês nos domínios tratados – actualmente para uso interno do departamento de português (em breve em linha).

Em suma, três orientações se encontram subjacentes ao nosso trabalho: didáctica, traducional e lexicográfica.

### **3. Por uma abordagem linguística da terminologia**

As aplicações mais directas da linguística de especialidade são indubitavelmente o ensino / aprendizagem das línguas especializadas (maternas ou estrangeiras), a tradução científico-técnica e a lexicografia especializada.

O nível de análise linguística mais "saliente" nas línguas especializadas é sem dúvida o nível lexical (sem negligenciarmos os níveis sintáctico, textual, discursivo, igualmente importantes nas línguas de especialidade).

As aplicações mais naturais da terminologia (estudo dos léxicos especializados) são também o ensino/aprendizagem do léxico especializado, a lexicografia especializada e a tradução científica e técnica (sem esquecermos as indústrias da língua, a inteligência artificial e o processamento automático das línguas naturais).

Com efeito, no que respeita às línguas especializadas e seus léxicos, a terminologia teórica, a tradutologia (teoria da tradução) e a dicionarística plurilingue (teoria da lexicografia) encontram-se inexoravelmente ligadas por uma problemática comum: a equivalência interlinguística. Ora, podemos constatar facilmente o grande defeito, ou mesmo o grande silêncio, das obras de referência, quando se trata de explicar a equivalência na terminologia bilingue ou plurilingue. Este facto é realmente de espantar, tanto mais que as aplicações mais imediatas da terminologia são o ensino / aprendizagem das línguas especializadas e a tradução dos textos especializados. Na lógica vienense, tal como na da ISO, são ditos equivalentes os termos que exprimem um mesmo conceito, o que exclui todo o comportamento textual ou discursivo dos termos. A problemática da equivalência parcial não é negada, mas é descrita mais como um mal a evitar do que como algo a gerir no maior respeito pelas diferenças culturais. Ora, a ausência de isomorfismo entre as línguas, entre as culturas e entre os saberes científicos e técnicos conduz inevitavelmente a equivalências ou correspondências imperfeitas, ou mesmo a lacunas



nocionais e lexicais (para a problemática da equivalência, ver Desmet 2001a e 2001b).

Conceber a estruturação do saber especializado como algo de exterior às línguas e às culturas, aos textos e aos locutores, pode ser “mais fácil”, mas pouco conforme à realidade e pouco compatível com os modelos teóricos da linguística.

O nosso desafio é, pois, o de ensinar a terminologia no seguimento da linguística, sem negarmos no entanto as especificidades da matéria. As três aplicações apresentadas aqui parecem mostrar que o único caminho possível conduz a uma abordagem linguística da terminologia.

No presente trabalho, limitar-nos-emos a abordar unicamente a problemática da definição terminológica, como primeira etapa da análise do sentido dos termos, independentemente de uma língua em particular. Mas as perspectivas de trabalho apresentadas, assim como as orientações apontadas até aqui, estão no entanto subjacentes às nossas reflexões e propostas relativas à definição terminológica.

## **2ª parte: análise do sentido e definição terminológica**

### **1. Problemática da definição terminológica**

Em qualquer trabalho de investigação terminológica, independentemente das orientações a ele subjacentes, a elaboração das definições não é uma tarefa fácil e constitui de certo modo o primeiro nível de análise do sentido dos termos. É o que leva A. Rey (1992, p. 23) a dizer que “la définition reste toujours la pièce maîtresse de tout travail terminologique ou lexicographique”. Para J. Picoche (1992, p. 138), “la définition peut être considérée comme la fin et le couronnement du travail du lexicologue”. Os autores que partilham esta opinião são muitos e, por isso mesmo, limitamo-nos a estas duas citações.

Definir a definição é quase um paradoxo, mas A. Rey fornece uma definição que nos parece sempre interessante de analisar:

La définition terminologique est une sorte de compromis entre la définition lexicographique et la description encyclopédique destinée à améliorer l'usage des noms pour leur permettre de fonctionner comme des termes, destinée aussi à évoquer le mode de constitution des classes d'êtres et le fonctionnement des schèmes conceptuels (Rey, 1992, p. 23).

Para os lexicólogos e lexicógrafos, entre os modelos de análise do sentido lexical (o modelo aristotélico, o modelo da análise sémica ou componencial e o modelo do protótipo e do estereótipo), é o modelo aristotélico que está na base da análise do sentido das unidades lexicais fornecida pelos enunciados definitórios dos dicionários, isto é, as definições lexicográficas. À questão "O que é um X?", responde-se "um X é uma espécie de Y que...". Trata-se de uma definição por inclusão, lógica ou hiperonímica, cujo procedimento corresponde à lógica das classes de objectos (inclui-se uma classe de objectos noutra classe de objectos). É uma definição da "coisa nomeada" (à questão "que significa um X?" responder-se-á de maneira diferente e proceder-se-á de outro modo).

Desde Aristóteles e até uma época muito recente, estabeleceu-se a oposição tradicional entre definição de coisa e definição de palavra. Mas, como nota J. Picoche (1992, p. 140):

Aujourd'hui, on oppose plutôt la définition linguistique à la définition encyclopédique, ce qui n'est pas exactement la même chose que l'opposition aristotélicienne entre définitions de mots et définitions de choses, tout mot, quel que soit son référent, pouvant faire l'objet d'une définition de l'un ou l'autre type.

A autora acrescenta que a especificidade linguística reside na indicação dos traços distintivos do referente, traços pertinentes adequados para marcar a diferença entre duas unidades lexicais classificadas sob o mesmo hiperónimo. "Son objectif est de renvoyer à une classe de référents de façon distinctive, sans que celle-ci puisse être confondue avec une autre, ni par

conséquent le mot avec un autre mot". Para além disso, "les définitions encyclopédiques, elles, vont toujours au delà des traits différenciateurs" (Picoche, 1992, 140-1).

Para J. Picoche (1992, p. 142), a definição lexicográfica consiste na resposta directa à questão "O que é o definido?". Então, a resposta pode tomar duas formas:

- definido é tal coisa ou
- definido está em relação com tal coisa.

Daí a existência de dois principais tipos de definição: a definição relacional e a definição substancial.

Os exemplos fornecidos por J. Picoche mostram que a definição relacional corresponde àquilo a que outros autores designam "definição morfo-semântica" (por exemplo, jardimzinho: pequeno jardim). Este tipo de definição normalmente não comporta nem género nem arquilexema.

Quanto à definição substancial, segundo a autora,

C'est un énoncé bipolaire, fidèle, au moins formellement à la conception aristotélicienne de la définition, comportant un genre, qui oriente l'esprit vers une certaine catégorie de réalité extra-linguistique, et une (ou plusieurs) différence(s) spécifique(s) qui délimite le mot par rapport à ses voisins et sert l'esprit dans son cheminement vers le référent (Picoche, 1992, p.143).

Para J. Rey-Debove (1971, p. 221-3), como para muitos lexicólogos e lexicógrafos, o modelo de definição em lexicografia é também o modelo das condições necessárias e suficientes, remetendo para a definição por género comum e diferenças específicas (definição substancial, segundo J. Picoche).

Todos os lexicógrafos e lexicólogos estão igualmente conscientes dos limites do modelo: a escolha do género, pois frequentemente há possibilidade de escolha numa cadeia de géneros que se incluem uns aos outros; a escolha dos traços distintivos, pois podem dizer respeito à descrição do objecto, à sua origem, à sua utilidade, etc. A flutuação no número e na escolha dos traços

específicos é inerente ao modelo da definição por inclusão. Determinar o que é necessário e suficiente não é uma tarefa aritmética e pode-se cair facilmente na definição hipo-específica, isto é, sem carácter diferencial (por exemplo, um grogue é uma bebida) ou hiper-específica, apresentando traços acidentais, não pertinentes ou supérfluos,<sup>2</sup> próxima da definição enciclopédica.

O modelo apresenta ainda outros limites, na medida em que existem unidades lexicais que não podem ser submetidas a este tipo de análise: os primitivos lexicais, palavras-axiomas ou *atomic predicates* segundo os linguistas americanos (ser, pessoa, objecto...), as unidades gramaticais e as unidades lexicais exprimindo uma relação partitiva (merónimos / holónimos).

Os primitivos lexicais são à partida indefiníveis. As unidades gramaticais fazem apelo a uma definição metalinguística. As unidades lexicais que exprimem uma relação parte-todo fazem apelo a uma definição partitiva.

A par das relações de inclusão, outras relações estruturam o léxico no plano semântico e morfológico e são exploradas em outras formas de definição lexicográfica. É o caso da definição morfo-semântica, adequada às unidades derivadas e compostas, que se apoia na forma complexa da entrada, definindo o afixo ou o elo de composição (por exemplo, -mente “de modo”; -agem, -ação “acção de”). As regras morfológicas substituem, de uma certa maneira, a análise do sentido. Trata-se, com efeito, da definição relacional, segundo J. Picoche (ver supra).

Certas relações de equivalência e de oposição estruturam também o léxico no plano semântico, dando origem a definições por sinonímia ou por antonímia. Porém, elas colocam por vezes problemas, nomeadamente quando a sinonímia é parcial e a antonímia relativa, o que é bastante frequente na língua geral (talvez menos nas línguas de especialidade).

Em suma, a lexicografia geral explora todas as relações morfológicas e semânticas na língua, o que conduz a diferentes tipos de definição. No entanto, a definição por inclusão é a base do dispositivo lexicográfico, bem como do dispositivo terminográfico. Uma questão parece, então, pertinente: se a lexicografia,

---

<sup>2</sup> Ver exemplo de definição de “batata” de J. Rey-Debove (1971, p. 228).

tal como a terminografia, compreende a definição em compreensão e se esta é considerada como a definição por excelência, será que existem diferenças entre uma e outra?

As principais diferenças encontram-se, muitas vezes, na escolha do incluyente e das diferenças específicas. Por exemplo, “pinheiro” pode ter como hiperónimo “árvore resinosa” (género próximo que resulta de uma apreensão do mundo, comum a todos os locutores) ou “conífera” (género próximo que é um termo técnico da botânica, isto é, resultante de uma classificação ou taxinomia científica). A respeito desta distinção, J. Rey-Debove fala de “definição natural ou explicativa” para a definição lexicográfica, remetendo para um saber comum (1971, p. 191, 135, 197) por oposição à “definição construtiva” (definição operatória das ciências), ou seja, por oposição à definição terminológica, que remete para um saber científico ou técnico. Em ambos os casos, o conceito de estereotipia é parcialmente aplicável, tendo em conta que o estereótipo do locutor comum é frequentemente diferente do de uma comunidade de especialistas. Parcialmente, dizemos nós, pois a definição estereotípica é uma maneira referencial, e não diferencial, de ver as coisas (a propósito desta questão, ver J. Picoche, 1992, p. 151-5).

Perante o que acabamos de apresentar, A. Rey parece continuar a ter razão na sua definição da “definição terminológica” apresentada anteriormente, mesmo se esta pode chocar os terminólogos mais ortodoxos. De certo modo, ela inscreve a terminologia e a terminografia na continuidade da lexicologia e da lexicografia. A Teoria Geral da Terminologia e a normalização criaram, afinal, uma ruptura artificial entre linguística e terminologia que acabou por fechar a terminologia numa espécie de mentalismo do qual o próprio Wüster desconfiava.

## **2. Diferentes tipos de definição terminológica**

É por um mero artefacto que as denominações especializadas – tal como as denominações não especializadas – são reduzidas a sistemas de classificação ou taxinomias, fora do seu funcionamento interactivo e discursivo como signos linguísticos. Ora,

os termos, como qualquer signo linguístico, não podem ser definidos fora dos seus usos por parte dos locutores e fora de aplicações específicas (ver Delavigne-Bouveret, 1999; Rastier, 1998). Tal como a definição lexicográfica, também a definição terminológica é um artefacto de especialistas do léxico – geral para uns, especializado para outros. Qualquer ruptura entre as duas é artificial e redutora para a terminologia.

A definição terminológica, tal como a definição lexicográfica, deve ser encarada na sua variedade e polivalência. Distinguímos, a este propósito, a perspectiva normalizadora e a perspectiva linguística, sendo esta última a perspectiva que defendemos no presente trabalho.

Com efeito, as normas internacionais são o reflexo directo dos limites da terminologia tradicional e instituem uma falsa barreira entre lexicografia e terminografia. A norma ISO 1087 (1990) só reconhece a definição em compreensão e a definição em extensão e nem inclui a definição partitiva, tão útil para termos cujos referentes são objectos divisíveis. Quanto à norma 12 620, revisão da norma 1087, esta apresenta um ligeiro progresso ao incluir a definição partitiva. No entanto, continua a ser ainda muito pouco linguística, como se os conceitos científicos e técnicos existissem fora das línguas, das culturas, dos textos, dos discursos e dos locutores.

A perspectiva normativa esquece ainda um outro aspecto inerente às línguas e aos sistemas conceptuais: se existe uma multiplicidade de relações semânticas complexas entre as noções ou conceitos, existem também múltiplos tipos de definições. Se existem relações genéticas, causais, etc., também é natural que existam definições genéticas, causais, etc.<sup>3</sup>

Citemos ainda A. Rey (1992, p. 53) para quem “par rapport à la tradition lexicographique, la terminographie est définie par des besoins différents, plus peut-être que par des oppositions théoriques”. E, para o autor, estas necessidades articulam-se de maneira diferente segundo a natureza dos domínios e dos sistemas conceptuais, bem como em função dos diferentes tipos de

---

<sup>3</sup> A este propósito, ver B. Quemada, *Les dictionnaires du français moderne*, cap. III, “Les définitions”.

discurso. A. Rey distingue, assim, os domínios teóricos (filosofia, ciências...) e os domínios técnicos; os domínios completamente construídos pelo discurso (religião, direito...) e os domínios menos construídos pelo discurso (1992, p. 62-4). Esta variedade nos domínios de trabalho em terminologia conduz inevitavelmente a uma pluralidade de necessidades em termos de análise do sentido. É necessário admitir que existem noções e conjuntos nocionais que implicam outros tipos de definição para além da definição por género comum e diferenças específicas: por exemplo, a definição funcional nos domínios técnicos (nas instruções de utilização de uma máquina qualquer) ou por acumulação de propriedades sem carácter distintivo, por exemplo, nas ciências sociais e humanas, políticas ou económicas (ver Desmet, 1996). As definições relacionais ou morfo-semânticas podem também revelar-se muito úteis em certos domínios: por exemplo, o valor semântico do sufixo *-ose* ou *-ite* em medicina, remetendo para um determinado tipo de doença, *-ítico* em química, etc.

Excluir a variedade em terminologia só pode conduzir ao empobrecimento da disciplina, separando-a da linguística por meios de normalização completamente artificiais. Ora, hoje em dia, com a ajuda de várias ferramentas informáticas, elaboramos dicionários terminológicos a partir de uma verdadeira linguística de corpus.

### **3. Critérios de elaboração da definição terminológica**

Perante o que foi dito anteriormente, resta-nos, por último, referir e comentar sumariamente alguns critérios de elaboração dos diferentes tipos de definição terminológica.

Face aos enunciados definitórios fornecidos por um dado *corpus* textual especializado, temos três possibilidades:

- reproduzir um contexto definitório, quando não existe uma definição formalizada;
- reproduzir definições formais, quando são fornecidas pelas fontes documentais;
- redigir definições a partir do conjunto das informações definitórias recolhidas.

A primeira possibilidade é pouco recomendada. A segunda representa a situação ideal. A terceira constitui provavelmente o caso mais frequente.

Perante a terceira possibilidade, existe um conjunto de critérios formais, semânticos e pragmáticos normalmente admitidos em todos os meios científicos que não são contrários a qualquer prática lexicográfica: evitar a circularidade, a tautologia, as definições incompletas... (a este propósito, ver Cabré, 1998, p. 182-5; Alpizar Castillo, 1997, p. 79-90; norma ISO 704).

Na sua maioria, estes critérios são uma herança directa de uma longa tradição em lexicografia, com algumas excepções relativas a um certo formalismo conceptual.

Segundo certos postulados geralmente admitidos, a definição terminológica deve ser simples, clara, curta e limitar-se a uma só frase. Este último critério é um verdadeiro obstáculo para certas ciências, como por exemplo, as ciências sociais e humanas (ver Desmet, 1996).

Concluiremos esta questão, citando mais uma vez J. Picoche (1992, p. 157):

Il n'y a pas une recette de la bonne définition, mais un ensemble de principes directeurs qui permettent d'apprécier l'orientation et la valeur des définitions existantes et, éventuellement, d'en proposer d'autres en sachant ce que l'on fait et en pleine connaissance de ses choix.

## **Conclusões**

Em qualquer trabalho de investigação terminológica, o tipo de dados depende de muitos factores.

Em qualquer trabalho de investigação terminológica, independentemente das orientações subjacentes, a elaboração das definições não é uma tarefa fácil. Daí que tenhamos escolhido abordar esta problemática aqui.

Tal como a definição lexicográfica, também a definição terminológica é um artefacto de especialistas do léxico, geral para uns e especializado para outros. Qualquer fronteira entre as duas é artificial e redutora para a terminologia.



A definição terminológica, tal como a definição lexicográfica, deve ser encarada na sua variedade e polivalência. Em relação a isto, distinguimos, pois, a perspectiva normativa e a perspectiva linguística (que é a nossa).

As normas internacionais são o reflexo directo dos limites da terminologia tradicional e instituem uma falsa ruptura entre lexicografia e terminografia.

Para um dado objecto, não existe uma só e única definição pertinente. Aliás, as definições por inclusão apresentam uma grande variedade de conteúdos, o que é devido à dificuldade de se seleccionar o incluyente e os traços distintivos.

A par das relações de inclusão, outras relações semânticas estruturam o léxico nos planos semântico e morfológico. Estas são exploradas em outras formas de definição lexicográfica. A terminologia só tem a ganhar se fizer o mesmo.

## Referências bibliográficas

- ALPÍZAR CASTILLO, R. (1997) *Cómo hacer un diccionario científico técnico?* Argentina, Editorial Memphis.
- BEJOINT, H.; THOIRON, Ph. (dir.) (2000) *Le sens en terminologie*. Presses Universitaires de Lyon.
- BOURIGAULT, D.; SLODZIAN, M. (1999) Pour une terminologie textuelle. *Terminologies nouvelles*, n. 19, RINT, p. 29-32.
- CABRÉ, M. T. (1992) *La terminologia*. La teoria, els mètodes, les aplicacions. Barcelone, Ed. Empúries.
- \_\_\_\_\_. (1998) *La terminologie*. Théorie, méthode et applications (traduit du catalan et adapté par Monique Cormier et John Humbley). Canada, Les Presses de l'Université d'Ottawa.
- \_\_\_\_\_. (1999) *La terminologia: representación y comunicación*. Elementos para una teoría de base comunicativa y outros artículos. Barcelona, Institut Universitari de Lingüística Aplicada.
- \_\_\_\_\_. (2000a) Sur la représentation mentale des concepts: bases pour une tentative de modélisation. In: *Le sens en Terminologie*. Presses Universitaires de Lyon.
- \_\_\_\_\_. (2000b) Elements for a theory of terminology: towards an alternative paradigm. *Terminology*, vol. 6, n. 1, p. 35-57.

- DELAVIGNE, V. ; BOUVERET, M. (dir.) (1999) *Sémantique des termes spécialisés*. Publications de l'Université de Rouen - C.N.R.S..
- DESMET, I. (1991) *Questões de semântica em terminologia. A problemática da definição terminológica (Questions de sémantique en terminologie. La problématique de la définition terminologique)*. *Terminologias* n. 2, Lisboa, TERMIP.
- \_\_\_\_\_. (1994) *Suggestions pour une approche terminologique des sciences sociales et humaines*. *Terminogramme*, Canada, Les Publications du Québec.
- \_\_\_\_\_. (1996) *Pour une approche terminologique des sciences sociales et humaines*. Thèse (doctorat). Université Paris-Nord, 3 tomes.
- \_\_\_\_\_. (1998): *Caractéristiques sémantiques, syntaxiques et discursives des vocabulaires spécialisés. Quelques données théoriques et pratiques pour la lexicographie spécialisée. Actes du 2<sup>ème</sup> colloque de linguistique appliquée et sciences du langage*, Université de Strasbourg 2, les 15 et 16 novembre 1997, COFDELA Publications, p. 292-305.
- \_\_\_\_\_. (2000) *La recherche sur les langages spécialisés et les langages scientifiques au XX<sup>ème</sup> siècle* (no prelo: Editions Walter de Gruyter, no âmbito da coleção International Handbook of Linguistic and Communication Sciences).
- \_\_\_\_\_. (2001a) *Lexiques et langues spécialisées: applications lexicographiques, didactiques et traductionnelles. Problématique de l'équivalence interlinguistique* (no prelo).
- \_\_\_\_\_. (2001b) *Les fondements de la terminologie remis en question: pour une approche linguistique des vocabulaires spécialisés* (no prelo).
- DUBOIS, J. et C. (1971) *Introduction à la lexicographie*. Paris, Larousse.
- DUBUC, R. (1992) *Manuel pratique de terminologie*. Montréal, Linguatex.
- FELBER, H. (1987) *Manuel de terminologie*. Paris, Unesco.
- GAUDIN, F. (1993) *Pour une socioterminologie. Des problèmes sémantiques aux pratiques institutionnelles*. Rouen, Publications de l'Université de Rouen.
- GOUADEC, D. (1992) *Terminologie. Constitution des données*. Paris, AFNOR.
- ISO / FDIS 12620 (révision de la norme ISO 1087, 1990)
- ISO 1087 (1990)
- ISO 1087-1 (2000) *Travaux terminologiques - Vocabulaire - Partie 1:*

- Théorie et application*. Genève, Organisation internationale de normalisation.
- ISO 704 (1987) *Principes et méthodes de la terminologie*. Genève, Organisation internationale de normalisation.
- ISO 860 (1996) *Travaux terminologiques – harmonisation des notions et des termes*. Genève, Organisation internationale de normalisation.
- KOCOUREK, R. (1991) *La langue française de la technique et de la science*. Wiesbaden, Branstetter.
- La Définition* (1990) Centre d'études du lexique. Paris, Larousse, 1990.
- LERAT, P. (1989) Les fondements théoriques de la terminologie. *La banque des mots*, numéro spécial, CILF, INALF- CNRS, p. 51-62.
- LERAT, P. (1995) *Les langues spécialisées*. Paris, P.U.F.
- PICHT, H.; DRASKAU, J. (1985) *Terminology, an introduction*. Guilford, University of Surrey, the Copenhage School of Economics.
- PICOCHÉ, J. (1992) *Précis de lexicologie française*. Paris, Nathan Université.
- RASTIER, F. (1998) Le problème épistémologique du contexte et le statut de l'interprétation dans les sciences du langage. *Langages* n. 129, p. 97-111.
- REY, A. (1965) A propos de la définition lexicographique, *Cahiers de lexicologie*, vol.6, n.1, Paris, Didier Erudition, p. 67-80.
- \_\_\_\_\_. (1970) *La lexicologie: lectures*. Paris, Klincksieck.
- \_\_\_\_\_. (1973/1976) *Théories du signe et du sens: lectures*, tomes 1 et 2. Paris, Klincksieck.
- \_\_\_\_\_. (1975) Terminologies et terminographie. *La banque des mots*, n.10, Paris, CILF, p.145-54.
- \_\_\_\_\_. (1977) *Le lexique: images et modèles*. Du dictionnaire à la lexicologie. Paris, Armand Colin.
- \_\_\_\_\_. (1980) *La lexicologie*. Paris, Klincksieck.
- \_\_\_\_\_. (1982) *Encyclopédies et dictionnaires*. Paris, Presses Universitaires de France, coll. Que sais-je?, n. 2000.
- \_\_\_\_\_. (1985): La terminologie dans un dictionnaire général de la langue française: le Grand Robert. *TermNet*, n.14, p. 5-7.
- \_\_\_\_\_. (1988) Terminologie et lexicographie. Rencontre internationale sur l'enseignement de la terminologie. *Parallèles*, n.10, p. 27-35.
- \_\_\_\_\_. (1992) *La Terminologie, noms et notions*. Paris, Presses Universitaires de France, coll. Que sais-je?, n. 1780.

- REY-DEBOVE, J. (1966) La définition lexicographique: recherches sur l'équation sémiq. *Cahiers de lexicologie*, vol. 8, n.1, Paris, Didier Erudition, p. 71-94.
- \_\_\_\_\_. (1971) *Etude linguistique et sémiotique des dictionnaires français contemporains*. La Haye, Mouton.
- RONDEAU, G. (1984) *Introduction à la terminologie*. Paris, Gaëtan Morin.
- SAGER, J.C. et al. (1990) *English special languages. Principles and practice in science and technology*. Wiesbaden, Brandstetter.
- TEMMERMAN, R. (2000) *Towards new ways of terminology description. The sociocognitive approach*. Amsterdam / Philadelphia, John Benjamins Publishing.
- WÜSTER, E. (1981) L'étude scientifique générale de la terminologie, zone frontalière entre la linguistique, la logique, l'ontologie, l'informatique et les sciences des choses. In : RONDEAU, G.; FELBER, H. *Textes choisis de terminologie. I. Fondements théoriques de la terminologie*. Québec, GIRSTERM. p. 55-114.